

Aviso de

CONTRATAÇÃO DIRETA

0005/2024

CONTRATANTE (UASG)

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - 302122

OBJETO

Assinatura Anual da plataforma StreamYard

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.837,74

DATA DA SESSÃO

De XX/XX/202X

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das xxh até xxh

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.	3
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL.....	5
4. FASE DE LANCES.....	6
5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	7
6. HABILITAÇÃO.....	9
7. CONTRATAÇÃO.....	10
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	10
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	12

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 05/2024

(Processo Administrativo n.º 00261.001995/2024-31)

Torna-se público que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados-ANPD por meio da Coordenação de Logística, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 25/09/2024

Horário da Fase de Lances: 08h às 14h

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de assinatura da licença anual da plataforma StreamYard, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

- 2.2. **Para o item 01 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

- 2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
- 2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.3.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

- 2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 2.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.4.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto [no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007](#).
- 2.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.2.1. O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em

quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
 - 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **0,01%**.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
 - 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.
 - 5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
 - 5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
 - 5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora.

- 5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 5.4.1. SICAF;
 - 5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - 5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
 - 5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
 - 5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
 - 5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 5.8.1. contiver vícios insanáveis;
 - 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).
- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

- 6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de **05(cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
 - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).
- 8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).
- 8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 8.11. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))
- 8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))
- 8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
 - 9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
 - 9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 - 9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

9.12.1.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar



Documento assinado digitalmente
PRISCILLA MADALENA DUARTE DA MATA
Data: 19/09/2024 09:59:48-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Termo de Referência 10/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2024	302122-AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	CLARICE CORREIA ALVES MIRANDA	02/08/2024 10:18 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		00261.001995/2024-31

1. Condições gerais da contratação

1.1. Aquisição de assinatura anual da plataforma StreamYard, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Licença Anual da Plataforma StreamYard - Plano Premium	27502	Unidade	01	R\$ 4.837,74	R\$ 4.837,74

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do Termo de Recebimento Definitivo na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 44365866000171-0-000002/2024;
- Data de publicação no PNCP: 07/11/2023;
- Id do item no PCA: 23;
- Classe/Grupo: 182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA;
- Identificador da Futura Contratação: 302122-90016/2023.

3. Descrição da solução como um todo

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Indicação de marcas ou modelos:

4.1. Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte marca, característica ou modelo, de acordo com as justificativas contidas nos itens 9, 10 e 11 dos Estudos Técnicos Preliminares: **STREAMYARD**.

Demais Requisitos:

- Transmissão simultânea – 8 destinos;
- Logotipos, sobreposições e planos de fundo personalizados;
- Mínimo de 10 participantes em tela;
- Mínimo de 15 participantes nos bastidores;
- Mínimo de 10 administradores;
- Horas de transmissão ilimitadas;
- Qualidade mínima de vídeo em full HD (1080p);
- Câmera Extra (adicional);
- Transmissões pré-gravadas – mínimo 4 horas;
- Webinários On-Air com até 1.000 espectadores;
- Baixar transcrições dos eventos;
- Mínimo de 50h de armazenamento de gravações nas nuvens;
- Gravações locais ilimitadas;
- Mínimo de 10h de transmissões ao vivo gravadas no StreamYard.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega (disponibilização) da solução é de 02 (dois) dias úteis, contados do envio de Ordem de Serviço, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Assistência Técnica e Suporte

5.3. O serviço de transmissão e de suporte rápido deverá estar disponível em português por chat ou e-mail, 24 horas por dia durante toda a vigência do contrato.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133 /2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de **habilitação**, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua **natureza jurídica**:

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.25. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.28. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.29. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.30. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.31. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.32. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

Qualificação Técnica

8.33. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.34. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 4.837,74

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.837,74 (quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta e quatro centavos).

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Funcional Programática : 04.125.2201.21D5.5664 – Gestão de Políticas de Proteção de Dados;
- Plano Orçamentário: 0002 – Tecnologia da Informação e Comunicação;
- PTRES: 234.914 – Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Plano Interno: AP99OFNCOTI;
- Natureza da Despesa: 3.3.90.40-06 – Locação de Softwares;
- Fonte de Recursos: 1000.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE SCOFANO MAIA PORTO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 02/08/2024 às 10:18:13.

CLARICE CORREIA ALVES MIRANDA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 31/07/2024 às 07:53:48.

IGOR DE MOURA LEITE MOREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 31/07/2024 às 09:32:30.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP4_2024__5__assinado_assinado.pdf (214.59 KB)

Anexo I - ETP4_2024__5__assinado_assinado.pdf

Estudo Técnico Preliminar 4/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 00261.001995/2024-31

2. Descrição da necessidade

Para contribuir com a visão da Autoridade de se tornar um órgão de referência nacional e internacional na área de Proteção de Dados Pessoais, a ANPD, desde janeiro de 2023, passou a organizar seminários e debates sobre o tema no canal do Youtube corporativo, contando com a participação de autoridades do governo brasileiro, parceiros nacionais e internacionais e membros da alta gestão do órgão. Nesse mesmo ano, a ANPD também passou a transmitir de forma autônoma as suas Audiências Públicas (APs), que regulamentam temas estratégicos previstos na LGPD e que proporcionam a construção democrática no processo de normatização.

A equipe de comunicação da ANPD utilizou a versão gratuita de um software de *streaming* para as transmissões de webinários e APs realizados no ano passado. Entretanto, as áreas técnicas envolvidas com esses eventos, constataram que a versão livre possuía limitações que interferiam na organização e na condução dos eventos e até na divulgação da imagem institucional, a saber: ausência de recursos de personalização da interface com a identidade visual da ANPD, baixo número de participantes na tela de transmissão e no ambiente de espera, limite de horas de transmissão por mês, entre outras.

Portanto, a fim de alcançar a qualidade profissional nas transmissões de eventos *on-line* realizados pela ANPD, com identidade personalizada e condizente com a imagem de excelência que se espera da Autoridade, e de garantir a autonomia nas transmissões ao vivo com um maior número de participantes e em diferentes formatos, faz-se necessária a aquisição de licença paga de um software de *streaming* com mais recursos disponíveis. Os planos pagos de *streaming* também permitirão exibições simultâneas para as outras mídias sociais da ANPD, LinkedIn e Instagram, ampliando assim o alcance do conteúdo junto ao público de interesse do órgão.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CGTI	Marcello Soares de Araújo

4. Necessidades de Negócio

Durante a pandemia de COVID-19, a realização de eventos ao vivo (*lives*) em ambiente digital tornou-se uma prática comum. Empresas de todos os setores, que necessitavam se comunicar com o público externo, passaram a utilizar esse canal de comunicação para divulgação de informações de interesse. Órgãos e instituições do setor público, por exemplo, capacitaram equipes de tecnologia e de comunicação no uso de ferramentas de *streaming* a fim de que a comunicação externa, por meio das transmissões, permanecesse ativa no cenário de isolamento. Palestras, mesas redondas, cerimônias, cursos e até feiras passaram a ser realizadas no formato virtual e, com volume crescente de eventos nessa modalidade, tornou-se prioridade a autonomia dos órgãos em transmissões *on-line*. Após a pandemia, os eventos digitais perduraram e se consolidaram como um meio importante de comunicação, principalmente em função do alto potencial de alcance do conteúdo veiculado nesse ambiente.

Hoje, portanto, as instituições entendem que é estratégico possuir profissionais capacitados em seu corpo técnico para realizar transmissões ao vivo e ter a estrutura tecnológica mínima necessária para viabilizar esses eventos, como redes de alta velocidade e plataformas específicas. O *StreamYard* é um dos serviço de *streaming* que adquiriu alta popularidade durante a pandemia por se conectar de forma simples às mídias sociais, por ser intuitivo e por oferecer recursos profissionais de transmissão com alta qualidade de vídeo e estabilidade de sinal e imagem. Desde a sua criação, as melhorias no serviço são contínuas e os planos pagos hoje oferecem possibilidades de transmissão simultânea para diferentes canais, um maior número de participantes em tela, horas ilimitadas de transmissão mensal, possibilidade de gravações locais, entre outras.

Como a Autoridade já possui profissionais habilitados no uso da plataforma, a aquisição de um plano mensal pago seria uma excelente oportunidade para garantir a continuidade dos eventos digitais ao vivo com a qualidade profissional desejada, sem custos adicionais com capacitação.

5. Necessidades Tecnológicas

A área responsável pelas transmissões dos eventos *on-line* na ANPD, após um (01) ano de uso da versão gratuita da plataforma *StreamYard* e após conversas com as equipes de organização desses eventos, considera suficiente a aquisição de uma única licença anual (12 meses), desde que o plano ofereça perfil de administrador para cinco (05) pessoas ou mais. O serviço de *streaming* também deve conter os requisitos mínimos abaixo:

- Transmissões simultâneas para três (03) destinos ou mais;
- Transmissões compatíveis com o YouTube, Instagram e LinkedIn;

- Chat privado na plataforma para comunicação entre os participantes do evento na sala virtual;
- Número ilimitado de horas de transmissão por mês;
- Comportar 10 participantes ou mais em tela;
- Comportar 15 participantes ou mais nos bastidores da transmissão;
- Ausência da obrigatoriedade da marca do fornecedor na tela de transmissão;
- Possibilidade de customização da interface com a marca da ANPD;
- Possibilidade de customização da tela de transmissão com fundos e sobreposições personalizados;
- Compatibilidade com as versões mais atuais de navegadores: Google Chrome, Mozilla Firefox e Edge;
- Funcionamento a partir de navegadores de internet (sem a necessidade de obtenção de software ou aplicativo);
- Gravação local de vídeos em Full HD (1080p);
- Serviço de transmissão e de suporte rápido disponível em português por chat ou e-mail a qualquer momento durante a vigência do contrato.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. Requisitos Legais

O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

6.2. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados nas Políticas e Normativos de Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados vigentes na ANPD.

6.3. Requisitos de Manutenção

O serviço deverá permanecer disponível por vinte e quatro (24) horas ao dia, todos os dias da semana, durante toda a vigência do contrato.

O fornecedor deverá prestar serviço de suporte técnico da solução durante toda a vigência do contrato.

6.4. Requisitos Temporais

O prazo para disponibilização (entrega) da solução é de dois (02) dias úteis, a contar do envio da Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens.

A vigência do contrato será de doze (12) meses, iniciando-se na data de sua assinatura.

6.5. Requisitos de Garantia e Manutenção

O prazo de garantia e manutenção inicia a sua contagem a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.6. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

Não se aplicam.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Para o atendimento das necessidades da ANPD, é necessária uma (01) licença anual (12 meses) que comporte pelo menos cinco (05) administradores capazes de realizar transmissões.

8. Levantamento de soluções

Durante o planejamento da contratação, verificou-se que os planos pagos da plataforma *StreamYard* são comumente contratados por órgãos da Administração Pública Federal, em suas variadas versões disponíveis (para pessoas físicas e empresas). Após pesquisas no painel de preços, foram localizadas as contratações como referência:

- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa (UASG 130005 – ETP 54/2023);
- Universidade Federal do ABC – UFABC (UASG 154503 – ETP 3/2022).

Identificou-se também que a ferramenta *Teams*, disponível no pacote de produtos da *Microsoft 365*, atualmente utilizado pelos servidores da Autoridade, possui um aplicativo próprio gratuito chamado *Custom Stream* que exibe reuniões na

plataforma Youtube. Algumas Audiências Públicas de órgãos da Administração Pública Federal são transmitidas dessa forma e a ferramenta poderia ser uma possível solução.

9. Análise comparativa de soluções

Os planos pagos do *StreamYard*, identificados como opções de contratação, são divididos em duas categorias, pessoas físicas e empresas (Tabela 1), e em duas modalidades de pagamento, mensal e anual.

Tabela 1 – Categorias de planos pagos do StreamYard

StreamYard – Planos Pagos	
Pessoas Físicas	Empresas
1. Básico	3. Premium
2. Profissional	4. Growth
	5. Empresarial

Informações obtidas no sítio do StreamYard (www.streamyard.com) em 22/03/2024

O *Plano Básico para Pessoas Físicas* é o que disponibiliza menos recursos, enquanto o *Plano Empresarial para Empresas* é a versão mais completa possível. De acordo com informações no site do *StreamYard*, cada plano possui todos os recursos disponíveis da categoria imediatamente anterior mais outros adicionais que são próprios de cada plano.

Ao consultar a área de compras da ANPD, porém, a equipe de Administração esclareceu que os planos para pessoas físicas (da qual faz parte a versão gratuita do *StreamYard*) não são compatíveis com a natureza jurídica da ANPD e, portanto, foram desconsiderados para contratação.

Em contrapartida, os planos empresariais atendem todos os requisitos previstos pela ANPD. O *Plano Premium*, por exemplo, que possui o valor mais acessível entre as três categorias, permitiria realizar webinários e mesas redondas com o maior número de participantes em tela (10 pessoas) e Audiências Públicas com maior número de oradores em espera (15 pessoas). Entre as principais características, esse plano oferece também 10 administradores (com o perfil para agendar e transmitir eventos) e personalização visual total da interface.

O *Plano Growth*, categoria superior à *Premium*, comporta até 25 pessoas nos bastidores e até seria mais adequado para a realização das Audiências Públicas da ANPD, porém o valor é muito superior ao do *Plano Premium* e, sendo assim, não

representa um bom custo-benefício para a Autoridade, conforme a análise de comparação de custos adiante.

Além do comparativo entre as versões pagas do *StreamYard*, foram realizados também testes de exibição de reuniões do **Teams** no canal do Youtube da ANPD com o aplicativo (APP) chamado *Custom Stream*. Apesar de prático, o APP reproduz a mesma interface de uma reunião na transmissão sem recursos de personalização de interface, de mudança de câmeras, de exibição de comentários em tela e de transmissão simultânea, oferecidos em planos pagos do *StreamYard*. Por fim, os testes mostraram que a conexão do *Custom Stream* com o Youtube não costuma funcionar sempre, talvez por ser ainda uma versão de teste (Beta).

Tabela 2 – Comparativo entre as soluções mapeadas

	STREAMYARD - PLANOS PAGOS				TEAMS
	Pessoas Físicas		Empresas		
Requisitos	Básico	Profissional	Premium	Growth	APP Custom Stream
Transmissões simultâneas para três (03) destinos ou mais	Sim	Sim	Sim	Sim	Apenas 1
Transmissões compatíveis com o YouTube, Instagram e LinkedIn	Sim	Sim	Sim	Sim	Compatível apenas com o Youtube
Chat privado na plataforma para comunicação entre os participantes do evento na sala virtual	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Número ilimitado de horas de	Sim	Sim	Sim	Sim	Transmissão ilimitada,

transmissão por mês					mas nem sempre funciona
Comportar 10 participantes ou mais em tela	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Comportar 15 participantes ou mais nos bastidores da transmissão	Não	Não	Sim	Sim	Não possui ambiente de bastidores na ferramenta
Ausência da obrigatoriedade da marca do fornecedor na tela de transmissão	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Possibilidade de customização com a marca da ANPD	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Possibilidade de customização da transmissão com fundos e sobreposições personalizado	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Compatibilidade com as versões mais atuais de navegadores: Google Chrome, Mozilla Firefox e Edge	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Funcionamento a partir de navegadores de internet	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Gravação local de vídeos em Full HD (1080p)	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Serviço de transmissão e de suporte rápido disponível em português por chat ou e-mail a qualquer momento durante a vigência do contrato	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Contratação compatível com a natureza jurídica da ANPD	Não	Não	Sim	Sim	Não

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. *StreamYard* (Planos Pagos): Pessoas Físicas >> Básico e Profissional

- Para fins de contratação, os planos da categoria *pessoa física* são incompatíveis com a natureza jurídica da ANPD.

10.2. *Teams*: Aplicativo/Extensão *Custom Stream*

- Versão Beta do Aplicativo;
- Conexão instável com YouTube;
- Sem recursos dinâmicos para transmissão.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1 Plano anual x mensal

Os planos empresariais pagos possuem contratações mensais e anuais, sendo a contratação **anual** mais vantajosa financeiramente para a Administração Pública, conforme valores da tabela 2.

Tabela 3 – Valores mensais e anuais dos Planos Premium e Growth do StreamYard

StreamYard - Planos para Empresas		
CATEGORIAS	VALOR/MÊS	
	Plano anual	Plano mensal
Premium	US\$ 79/mês	US\$ 99/mês
Growth	US\$ 239/mês	US\$ 299/mês

Informações obtidas no sítio do StreamYard (www.streamyard.com) em 22/03/2024

11.2 Plano Premium x Plano Growth

Conforme análise comparativa das soluções, os recursos adicionais do *Plano Growth*, em comparação ao *Plano Premium*, não são tão significativos para as necessidades da ANPD a fim de justificar um custo adicional três (3x) vezes maior. O *Plano Premium* possui as características de funcionamento desejadas e é aquele que apresenta melhor custo-benefício para a ANPD.

11.3 Custos de capacitação

Uma vantagem de se adotar a plataforma *StreamYard* é que não haverá custo adicional para a Autoridade com capacitação, pois a área de comunicação da ANPD utilizou o serviço ao longo de 2023 e já possui domínio da solução. Caso fosse contratada qualquer outra plataforma disponível no mercado, a capacitação seria um custo obrigatório e uma contratação adicional a ser feita pela Autoridade.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

O *Plano Premium do StreamYard* oferece todos os requisitos necessários para a execução das transmissões dos eventos virtuais ao vivo realizados pela ANPD, a saber:

- Transmissão simultânea – 8 destinos ;
- Logotipos, sobreposições e planos de fundo personalizados;
- 10 participantes em tela;
- 15 participantes nos bastidores;
- 10 administradores;
- Horas de transmissão ilimitadas;
- Qualidade do vídeo em full HD (1080p);
- Câmera Extra;
- Transmissões pré-gravadas – 4 horas;
- Webinários On-Air – 1.000 espectadores;
- Baixar transcrições dos eventos;
- 50h de armazenamento de gravações nas nuvens;
- Gravações locais ilimitadas;
- 10h de transmissões ao vivo gravadas no *StreamYard*.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 5.000,00

Valor (R\$): 5.000,00 - cinco mil reais.

14. Justificativa técnica da escolha da solução

O *StreamYard* é uma das ferramentas mais utilizadas no mercado para transmissões de eventos virtuais. É prática, possui uma excelente qualidade de imagem e áudio sem prejuízo de vídeos com baixa resolução ou entrecortados e oferece recursos de composição de câmera que deixam o evento mais dinâmico e profissional. A equipe de comunicação da ANPD já utiliza a versão gratuita da plataforma para transmissão desde 2023 e, por essa razão, a contratação da versão paga da mesma solução mostra-se vantajosa.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

O *Plano Premium do StreamYard* é o que possui o menor custo entre as categorias disponíveis para empresas e, portanto, a melhor opção econômica para a Autoridade, principalmente se contratada a modalidade anual.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a contratação, a ANPD alcançará:

- Qualidade profissional na transmissão dos eventos;
- Projeção da imagem da ANPD em eventos com identidade visual própria;
- Realização de eventos em outros formatos que exijam maior número de participantes;
- Melhor gestão da participação dos oradores nas Audiências Públicas;
- Maior alcance do conteúdo dos eventos on-line com transmissão simultânea para todas as mídias sociais da ANPD.

17. Providências a serem Adotadas

Contratação do serviço para atendimento da demanda.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Por meio do presente estudo técnico foi possível concluir que a solução escolhida é a mais adequada para o atendimento das necessidades institucionais da ANPD, proporcionando:

- a) Eficácia e efetividade no atendimento das demandas da ANPD;
- b) Eficiência, uma vez que a contratação possibilita a realização de transmissões de eventos virtuais com alta qualidade;
- c) Economicidade, tendo em vista que a solução possui o menor custo entre as categorias disponíveis para empresas.

Além dos benefícios aqui referenciados, frisa-se que a presente contratação atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade.

Considerando as informações do presente estudo entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente **VIÁVEL**.

O presente planejamento foi elaborado de acordo com a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022 e está em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e do objeto da contratação.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE SCOFANO MAIA PORTO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 23/05/2024 às 11:15:41.

Documento assinado digitalmente
gov.br CLARICE CORREIA ALVES MIRANDA
Data: 28/05/2024 17:26:14-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

CLARICE CORREIA ALVES MIRANDA

Integrante Requisitante

Documento assinado digitalmente
gov.br IGOR DE MOURA LEITE MOREIRA
Data: 28/05/2024 17:32:54-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

IGOR DE MOURA LEITE MOREIRA

Autoridade competente

Estudo Técnico Preliminar 4/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 00261.001995/2024-31

2. Descrição da necessidade

Para contribuir com a visão da Autoridade de se tornar um órgão de referência nacional e internacional na área de Proteção de Dados Pessoais, a ANPD, desde janeiro de 2023, passou a organizar seminários e debates sobre o tema no canal do Youtube corporativo, contando com a participação de autoridades do governo brasileiro, parceiros nacionais e internacionais e membros da alta gestão do órgão. Nesse mesmo ano, a ANPD também passou a transmitir de forma autônoma as suas Audiências Públicas (APs), que regulamentam temas estratégicos previstos na LGPD e que proporcionam a construção democrática no processo de normatização.

A equipe de comunicação da ANPD utilizou a versão gratuita de um software de *streaming* para as transmissões de webinários e APs realizados no ano passado. Entretanto, as áreas técnicas envolvidas com esses eventos, constataram que a versão livre possuía limitações que interferiam na organização e na condução dos eventos e até na divulgação da imagem institucional, a saber: ausência de recursos de personalização da interface com a identidade visual da ANPD, baixo número de participantes na tela de transmissão e no ambiente de espera, limite de horas de transmissão por mês, entre outras.

Portanto, a fim de alcançar a qualidade profissional nas transmissões de eventos *on-line* realizados pela ANPD, com identidade personalizada e condizente com a imagem de excelência que se espera da Autoridade, e de garantir a autonomia nas transmissões ao vivo com um maior número de participantes e em diferentes formatos, faz-se necessária a aquisição de licença paga de um software de *streaming* com mais recursos disponíveis. Os planos pagos de *streaming* também permitirão exibições simultâneas para as outras mídias sociais da ANPD, LinkedIn e Instagram, ampliando assim o alcance do conteúdo junto ao público de interesse do órgão.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CGTI	Marcello Soares de Araújo

4. Necessidades de Negócio

Durante a pandemia de COVID-19, a realização de eventos ao vivo (*lives*) em ambiente digital tornou-se uma prática comum. Empresas de todos os setores, que necessitavam se comunicar com o público externo, passaram a utilizar esse canal de comunicação para divulgação de informações de interesse. Órgãos e instituições do setor público, por exemplo, capacitaram equipes de tecnologia e de comunicação no uso de ferramentas de *streaming* a fim de que a comunicação externa, por meio das transmissões, permanecesse ativa no cenário de isolamento. Palestras, mesas redondas, cerimônias, cursos e até feiras passaram a ser realizadas no formato virtual e, com volume crescente de eventos nessa modalidade, tornou-se prioridade a autonomia dos órgãos em transmissões *on-line*. Após a pandemia, os eventos digitais perduraram e se consolidaram como um meio importante de comunicação, principalmente em função do alto potencial de alcance do conteúdo veiculado nesse ambiente.

Hoje, portanto, as instituições entendem que é estratégico possuir profissionais capacitados em seu corpo técnico para realizar transmissões ao vivo e ter a estrutura tecnológica mínima necessária para viabilizar esses eventos, como redes de alta velocidade e plataformas específicas. O *StreamYard* é um dos serviço de *streaming* que adquiriu alta popularidade durante a pandemia por se conectar de forma simples às mídias sociais, por ser intuitivo e por oferecer recursos profissionais de transmissão com alta qualidade de vídeo e estabilidade de sinal e imagem. Desde a sua criação, as melhorias no serviço são contínuas e os planos pagos hoje oferecem possibilidades de transmissão simultânea para diferentes canais, um maior número de participantes em tela, horas ilimitadas de transmissão mensal, possibilidade de gravações locais, entre outras.

Como a Autoridade já possui profissionais habilitados no uso da plataforma, a aquisição de um plano mensal pago seria uma excelente oportunidade para garantir a continuidade dos eventos digitais ao vivo com a qualidade profissional desejada, sem custos adicionais com capacitação.

5. Necessidades Tecnológicas

A área responsável pelas transmissões dos eventos *on-line* na ANPD, após um (01) ano de uso da versão gratuita da plataforma *StreamYard* e após conversas com as equipes de organização desses eventos, considera suficiente a aquisição de uma única licença anual (12 meses), desde que o plano ofereça perfil de administrador para cinco (05) pessoas ou mais. O serviço de *streaming* também deve conter os requisitos mínimos abaixo:

- Transmissões simultâneas para três (03) destinos ou mais;
- Transmissões compatíveis com o YouTube, Instagram e LinkedIn;

- Chat privado na plataforma para comunicação entre os participantes do evento na sala virtual;
- Número ilimitado de horas de transmissão por mês;
- Comportar 10 participantes ou mais em tela;
- Comportar 15 participantes ou mais nos bastidores da transmissão;
- Ausência da obrigatoriedade da marca do fornecedor na tela de transmissão;
- Possibilidade de customização da interface com a marca da ANPD;
- Possibilidade de customização da tela de transmissão com fundos e sobreposições personalizados;
- Compatibilidade com as versões mais atuais de navegadores: Google Chrome, Mozilla Firefox e Edge;
- Funcionamento a partir de navegadores de internet (sem a necessidade de obtenção de software ou aplicativo);
- Gravação local de vídeos em Full HD (1080p);
- Serviço de transmissão e de suporte rápido disponível em português por chat ou e-mail a qualquer momento durante a vigência do contrato.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. Requisitos Legais

O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

6.2. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados nas Políticas e Normativos de Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados vigentes na ANPD.

6.3. Requisitos de Manutenção

O serviço deverá permanecer disponível por vinte e quatro (24) horas ao dia, todos os dias da semana, durante toda a vigência do contrato.

O fornecedor deverá prestar serviço de suporte técnico da solução durante toda a vigência do contrato.

6.4. Requisitos Temporais

O prazo para disponibilização (entrega) da solução é de dois (02) dias úteis, a contar do envio da Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens.

A vigência do contrato será de doze (12) meses, iniciando-se na data de sua assinatura.

6.5. Requisitos de Garantia e Manutenção

O prazo de garantia e manutenção inicia a sua contagem a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.6. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

Não se aplicam.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Para o atendimento das necessidades da ANPD, é necessária uma (01) licença anual (12 meses) que comporte pelo menos cinco (05) administradores capazes de realizar transmissões.

8. Levantamento de soluções

Durante o planejamento da contratação, verificou-se que os planos pagos da plataforma *StreamYard* são comumente contratados por órgãos da Administração Pública Federal, em suas variadas versões disponíveis (para pessoas físicas e empresas). Após pesquisas no painel de preços, foram localizadas as contratações como referência:

- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa (UASG 130005 – ETP 54/2023);
- Universidade Federal do ABC – UFABC (UASG 154503 – ETP 3/2022).

Identificou-se também que a ferramenta *Teams*, disponível no pacote de produtos da *Microsoft 365*, atualmente utilizado pelos servidores da Autoridade, possui um aplicativo próprio gratuito chamado *Custom Stream* que exhibe reuniões na

plataforma Youtube. Algumas Audiências Públicas de órgãos da Administração Pública Federal são transmitidas dessa forma e a ferramenta poderia ser uma possível solução.

9. Análise comparativa de soluções

Os planos pagos do *StreamYard*, identificados como opções de contratação, são divididos em duas categorias, pessoas físicas e empresas (Tabela 1), e em duas modalidades de pagamento, mensal e anual.

Tabela 1 – Categorias de planos pagos do StreamYard

StreamYard – Planos Pagos	
Pessoas Físicas	Empresas
1. Básico	3. Premium
2. Profissional	4. Growth
	5. Empresarial

Informações obtidas no sítio do StreamYard (www.streamyard.com) em 22/03/2024

O *Plano Básico para Pessoas Físicas* é o que disponibiliza menos recursos, enquanto o *Plano Empresarial para Empresas* é a versão mais completa possível. De acordo com informações no site do *StreamYard*, cada plano possui todos os recursos disponíveis da categoria imediatamente anterior mais outros adicionais que são próprios de cada plano.

Ao consultar a área de compras da ANPD, porém, a equipe de Administração esclareceu que os planos para pessoas físicas (da qual faz parte a versão gratuita do *StreamYard*) não são compatíveis com a natureza jurídica da ANPD e, portanto, foram desconsiderados para contratação.

Em contrapartida, os planos empresariais atendem todos os requisitos previstos pela ANPD. O *Plano Premium*, por exemplo, que possui o valor mais acessível entre as três categorias, permitiria realizar webinários e mesas redondas com o maior número de participantes em tela (10 pessoas) e Audiências Públicas com maior número de oradores em espera (15 pessoas). Entre as principais características, esse plano oferece também 10 administradores (com o perfil para agendar e transmitir eventos) e personalização visual total da interface.

O *Plano Growth*, categoria superior à *Premium*, comporta até 25 pessoas nos bastidores e até seria mais adequado para a realização das Audiências Públicas da ANPD, porém o valor é muito superior ao do *Plano Premium* e, sendo assim, não

representa um bom custo-benefício para a Autoridade, conforme a análise de comparação de custos adiante.

Além do comparativo entre as versões pagas do *StreamYard*, foram realizados também testes de exibição de reuniões do **Teams** no canal do Youtube da ANPD com o aplicativo (APP) chamado *Custom Stream*. Apesar de prático, o APP reproduz a mesma interface de uma reunião na transmissão sem recursos de personalização de interface, de mudança de câmeras, de exibição de comentários em tela e de transmissão simultânea, oferecidos em planos pagos do *StreamYard*. Por fim, os testes mostraram que a conexão do *Custom Stream* com o Youtube não costuma funcionar sempre, talvez por ser ainda uma versão de teste (Beta).

Tabela 2 – Comparativo entre as soluções mapeadas

	STREAMYARD - PLANOS PAGOS				TEAMS
	Pessoas Físicas		Empresas		
Requisitos	Básico	Profissional	Premium	Growth	APP Custom Stream
Transmissões simultâneas para três (03) destinos ou mais	Sim	Sim	Sim	Sim	Apenas 1
Transmissões compatíveis com o YouTube, Instagram e LinkedIn	Sim	Sim	Sim	Sim	Compatível apenas com o Youtube
Chat privado na plataforma para comunicação entre os participantes do evento na sala virtual	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Número ilimitado de horas de	Sim	Sim	Sim	Sim	Transmissão ilimitada,

transmissão por mês					mas nem sempre funciona
Comportar 10 participantes ou mais em tela	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Comportar 15 participantes ou mais nos bastidores da transmissão	Não	Não	Sim	Sim	Não possui ambiente de bastidores na ferramenta
Ausência da obrigatoriedade da marca do fornecedor na tela de transmissão	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Possibilidade de customização com a marca da ANPD	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Possibilidade de customização da transmissão com fundos e sobreposições personalizado	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Compatibilidade com as versões mais atuais de navegadores: Google Chrome, Mozilla Firefox e Edge	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Funcionamento a partir de navegadores de internet	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Gravação local de vídeos em Full HD (1080p)	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Serviço de transmissão e de suporte rápido disponível em português por chat ou e-mail a qualquer momento durante a vigência do contrato	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Contratação compatível com a natureza jurídica da ANPD	Não	Não	Sim	Sim	Não

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. *StreamYard* (Planos Pagos): Pessoas Físicas >> Básico e Profissional

- Para fins de contratação, os planos da categoria *pessoa física* são incompatíveis com a natureza jurídica da ANPD.

10.2. *Teams*: Aplicativo/Extensão *Custom Stream*

- Versão Beta do Aplicativo;
- Conexão instável com YouTube;
- Sem recursos dinâmicos para transmissão.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1 Plano anual x mensal

Os planos empresariais pagos possuem contratações mensais e anuais, sendo a contratação **anual** mais vantajosa financeiramente para a Administração Pública, conforme valores da tabela 2.

Tabela 3 – Valores mensais e anuais dos Planos Premium e Growth do StreamYard

StreamYard - Planos para Empresas		
CATEGORIAS	VALOR/MÊS	
	Plano anual	Plano mensal
Premium	US\$ 79/mês	US\$ 99/mês
Growth	US\$ 239/mês	US\$ 299/mês

Informações obtidas no sítio do StreamYard (www.streamyard.com) em 22/03/2024

11.2 Plano Premium x Plano Growth

Conforme análise comparativa das soluções, os recursos adicionais do *Plano Growth*, em comparação ao *Plano Premium*, não são tão significativos para as necessidades da ANPD a fim de justificar um custo adicional três (3x) vezes maior. O *Plano Premium* possui as características de funcionamento desejadas e é aquele que apresenta melhor custo-benefício para a ANPD.

11.3 Custos de capacitação

Uma vantagem de se adotar a plataforma *StreamYard* é que não haverá custo adicional para a Autoridade com capacitação, pois a área de comunicação da ANPD utilizou o serviço ao longo de 2023 e já possui domínio da solução. Caso fosse contratada qualquer outra plataforma disponível no mercado, a capacitação seria um custo obrigatório e uma contratação adicional a ser feita pela Autoridade.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

O *Plano Premium do StreamYard* oferece todos os requisitos necessários para a execução das transmissões dos eventos virtuais ao vivo realizados pela ANPD, a saber:

- Transmissão simultânea – 8 destinos ;
- Logotipos, sobreposições e planos de fundo personalizados;
- 10 participantes em tela;
- 15 participantes nos bastidores;
- 10 administradores;
- Horas de transmissão ilimitadas;
- Qualidade do vídeo em full HD (1080p);
- Câmera Extra;
- Transmissões pré-gravadas – 4 horas;
- Webinários On-Air – 1.000 espectadores;
- Baixar transcrições dos eventos;
- 50h de armazenamento de gravações nas nuvens;
- Gravações locais ilimitadas;
- 10h de transmissões ao vivo gravadas no *StreamYard*.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 5.000,00

Valor (R\$): 5.000,00 - cinco mil reais.

14. Justificativa técnica da escolha da solução

O *StreamYard* é uma das ferramentas mais utilizadas no mercado para transmissões de eventos virtuais. É prática, possui uma excelente qualidade de imagem e áudio sem prejuízo de vídeos com baixa resolução ou entrecortados e oferece recursos de composição de câmera que deixam o evento mais dinâmico e profissional. A equipe de comunicação da ANPD já utiliza a versão gratuita da plataforma para transmissão desde 2023 e, por essa razão, a contratação da versão paga da mesma solução mostra-se vantajosa.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

O *Plano Premium do StreamYard* é o que possui o menor custo entre as categorias disponíveis para empresas e, portanto, a melhor opção econômica para a Autoridade, principalmente se contratada a modalidade anual.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a contratação, a ANPD alcançará:

- Qualidade profissional na transmissão dos eventos;
- Projeção da imagem da ANPD em eventos com identidade visual própria;
- Realização de eventos em outros formatos que exijam maior número de participantes;
- Melhor gestão da participação dos oradores nas Audiências Públicas;
- Maior alcance do conteúdo dos eventos on-line com transmissão simultânea para todas as mídias sociais da ANPD.

17. Providências a serem Adotadas

Contratação do serviço para atendimento da demanda.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Por meio do presente estudo técnico foi possível concluir que a solução escolhida é a mais adequada para o atendimento das necessidades institucionais da ANPD, proporcionando:

- a) Eficácia e efetividade no atendimento das demandas da ANPD;
- b) Eficiência, uma vez que a contratação possibilita a realização de transmissões de eventos virtuais com alta qualidade;
- c) Economicidade, tendo em vista que a solução possui o menor custo entre as categorias disponíveis para empresas.

Além dos benefícios aqui referenciados, frisa-se que a presente contratação atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade.

Considerando as informações do presente estudo entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente **VIÁVEL**.

O presente planejamento foi elaborado de acordo com a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022 e está em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e do objeto da contratação.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE SCOFANO MAIA PORTO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 23/05/2024 às 11:15:41.

Documento assinado digitalmente
gov.br CLARICE CORREIA ALVES MIRANDA
Data: 28/05/2024 17:26:14-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

CLARICE CORREIA ALVES MIRANDA

Integrante Requisitante

Documento assinado digitalmente
gov.br IGOR DE MOURA LEITE MOREIRA
Data: 28/05/2024 17:32:54-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

IGOR DE MOURA LEITE MOREIRA

Autoridade competente